

Operação Compliance Zero

PF rejeita delação de Vorcaro

Avaliação é de que o dono do Master tenta proteger pessoas próximas e não está falando tudo que sabe sobre o esquema de fraudes

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal rejeitou, ontem, a proposta de delação premiada de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. É a segunda vez que os investigadores se recusam a assinar o termo de colaboração com o banqueiro. De acordo com fontes na corporação, a recusa acontece por conta da ausência de informações importantes e por falta de provas.

De acordo com autoridades ligadas ao caso, Vorcaro apresentou uma proposta de delação "vazia", praticamente "sem nada" além dos fatos que já foram descobertos na investigação conduzida pela Operação Compliance Zero.

A decisão da Polícia Federal foi informada ao ministro André Mendonça, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), e à Procuradoria-Geral da República (PGR). A rejeição do acordo foi revelada pela Revista Veja e confirmada pelo **Correio**.

A PGR ainda pode continuar negociando um acordo de colaboração, embora a tendência seja de que a Procuradoria também recuse o acordo. Investigadores ouvidos pela reportagem do **Correio** dizem que a expectativa é de que a defesa apresente uma nova proposta, com

Divulgação



Segundo autoridades ligadas ao caso, Vorcaro apresentou uma proposta de delação "vazia", praticamente "sem nada" além do que já é conhecido

mais uma tentativa de firmar a delação entre o investigado e os integrantes da corporação. No entanto, a equipe da PF está

cada vez mais convencida de que Vorcaro estaria tentando proteger pessoas próximas. Ele estava detido na Penitenciária Federal de

Brasília, na Papuda, e foi transferido para uma sala de estado-maior na Superintendência da PF, na capital federal. Na terça-feira,

foi levado para uma cela comum, na carceragem da corporação, em um claro sinal de que a delação não estava avançando.

O Ministério Público ainda não se manifestou sobre o caso. Em um cenário em que o acordo de colaboração é rejeitado de maneira definitiva, Vorcaro está sujeito a uma pena dura, que pode ultrapassar quatro décadas de prisão, de acordo com os crimes imputados.

A Compliance Zero investiga os crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção, ameaça, invasão de dispositivos informáticos, gestão fraudulenta e violação de sigilo funcional. Caso não aponte o nome de lideranças do esquema que seriam mais beneficiadas do que ele, o executivo pode ser considerado o chefe da organização criminosa.

A expectativa era de que Vorcaro detalhasse o funcionamento do esquema, apontasse o nome de destinatários de propina, inclusive autoridades com foro por prerrogativa de função, e contasse o fluxo que o dinheiro seguiu. Além disso, os agentes esperam que ele se comprometa a devolver um valor considerável do esquema, que poderia chegar a R\$ 40 bilhões. O montante poderia ser pago de maneira parcelada, em até 10 anos, de acordo com um esboço do acordo. Em troca, ele pegaria uma pena menor, com a possibilidade de prisão domiciliar.

Colaboração de ex-BRB sob risco

A possibilidade de uma delação premiada do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa começou a perder força nos bastidores das investigações da Operação Compliance Zero. Apesar das movimentações recentes da defesa em busca de um acordo de colaboração, fontes ligadas à Polícia Federal avaliam que, até o momento, o executivo não apresentou elementos considerados robustos ou inéditos capazes de garantir avanços concretos nas negociações.

A avaliação ocorre após a saída do advogado e ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão da defesa de Costa. Em nota divulgada nesta semana, Aragão afirmou que somente participa de atuações jurídicas pautadas por "absoluta seriedade, confiança profissional e responsabilidade", sem detalhar os motivos do desligamento.

O defensor também afirmou que "eventual colaboração premiada apenas seria considerada diante da existência de provas consistentes e inequívocas", sempre com "respeito à legalidade, às instituições e à reputação das pessoas envolvidas". Nos bastidores, porém, a troca aumentou as dúvidas sobre o futuro do acordo, que pode implicar, especialmente, autoridades do Distrito Federal.

Preso preventivamente desde abril, Costa vem tentando fechar uma colaboração premiada com investigadores. A estratégia incluiu pedidos de transferência do Complexo da Papuda para uma unidade da Polícia Federal, medida normalmente associada à abertura formal de tratativas para delação. A defesa também promoveu mudanças na equipe

Ed Alves/CB/DA.Press



Advogados deixaram a defesa de Costa. Ainda não há novo defensor

jurídica justamente para conduzir as negociações.

Entretanto, investigadores avaliam que o ex-presidente do BRB enfrenta dificuldades

para apresentar informações que efetivamente alterem o rumo das apurações. Segundo relatos de fontes da PF, parte relevante dos fatos investigados

» Sem dinheiro do Master em fundos de pensão federais, diz ministro

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, afirmou, ontem, que não há recursos dos fundos de pensão federais no Banco Master. A declaração ocorreu em entrevista ao programa Bom dia, ministro da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). "Primeiro dizer que não há nenhum real dos fundos de pensão aplicados no Banco Master. Os fundos de pensão reúnem R\$ 1,4 trilhão no Brasil e são supervisionados pela Previc. A Previc está no guarda-chuva do Ministério da Previdência Social", afirmou. Segundo ele, a pasta identificou possíveis irregularidades envolvendo o banco e fundos de previdência de cidades em 2024, fez auditorias e enviou os dados para a Polícia Federal, que os usou para deflagrar operações contra o caso.

já teria sido obtida por meio de quebras de sigilo, apreensões de celulares e depoimentos de outros envolvidos no caso. Com isso, a eventual colaboração de Costa precisaria trazer provas novas e informações de maior impacto para despertar interesse das autoridades.

A expectativa de Aragão era de que o cliente assinasse nesta semana um termo de confidencialidade. Na próxima, entregaria de fato os documentos referentes ao acordo de delação, que passaria por análise dos agentes da Polícia

Federal e da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A Operação Compliance Zero apura suspeitas de fraudes financeiras, corrupção, lavagem de dinheiro e operações irregulares envolvendo o Banco Master e o BRB. A PF sustenta que Paulo Henrique Costa teria autorizado operações sem lastro entre as instituições e recebido vantagens indevidas para facilitar negócios ligados ao banqueiro Daniel Vorcaro, um dos principais alvos da apuração. **(RS)**

Ultimato à Câmara para explicar viagem de Frias

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que a Câmara dos Deputados apresente, em até 48 horas, esclarecimentos sobre a viagem internacional do deputado federal Mário Frias (PL-SP) ao Bahrein e aos Estados Unidos na semana passada. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), foi notificado para apresentar as justificativas.

A decisão ocorre em meio às dificuldades enfrentadas pelo Supremo para localizar o parlamentar, alvo de uma investigação relacionada ao envio de emendas parlamentares para entidades ligadas à produção do filme *Dark Horse*, sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro. Oficiais de Justiça tentam intimar Frias há mais de um mês, sem sucesso.

No ofício enviado à Câmara, Dino cobra detalhes sobre a situação funcional do deputado, incluindo autorização da missão internacional, duração da viagem, possíveis custos e eventuais pagamentos relacionados ao deslocamento. A visita ao Bahrein teria ocorrido entre 12 e 18 de maio, em agenda organizada pela embaixada do país árabe com o objetivo declarado de fortalecer relações bilaterais com o Brasil. Depois disso, Frias seguiu para

Rastreabilidade

Na petição, a deputada Tabata Amaral apontou um "ecossistema de pessoas jurídicas interconectadas", sob o comando da roteirista Karina Gama, produtora de *Dark Horse*. "Tal configuração estabelece um 'grupo econômico por coordenação' que, na prática, pode estar constituindo-se como um óbice à rastreabilidade dos recursos públicos", sustentou.

Dallas, nos Estados Unidos.

A Câmara informou que o parlamentar apresentou pedidos para realizar a viagem sem custos para a Casa Legislativa.

Dino é relator de uma ação apresentada pela deputada **Tabata Amaral** (PSB-SP) para avaliar o envio das

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Mário Frias é produtor-executivo do filme sobre o ex-presidente

emendas. A Corte analisa suspeitas de direcionamento de recursos públicos para organizações ligadas à longa-metragem, do qual Mário Frias é produtor-executivo.

Entre os pontos investigados está o repasse de emendas parlamentares ao Instituto Conhecer

Brasil, entidade ligada à produtora audiovisual *GoUp Entertainment*, responsável pelas gravações do filme. Na semana passada, o ministro abriu uma apuração preliminar sobre transferências de recursos feitas por parlamentares do PL para instituições relacionadas ao projeto.

Filme sob investigação

» O deputado Mário Frias (PL-SP) está envolvido na polêmica do financiamento do banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, a um filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) aparece em áudio cobrando repasses de Vorcaro, que está preso por suspeitas de fraudes contra o sistema financeiro. Mário Frias é produtor-executivo do filme.

» Após a divulgação do áudio pelo site *The Intercept Brasil*, a produtora do filme no Brasil, a *GoUp Entertainment*, de Karina Ferreira da Gama, e Mário Frias, primeiro, publicaram notas negando ter havido

"qualquer centavo" de Vorcaro no financiamento do projeto.

» Depois de Flávio admitir ter pedido dinheiro a Vorcaro e da confirmação de que pelo menos parte do recurso foi enviado, o deputado voltou atrás e mudou a versão. » "Quando afirmei anteriormente que não há 'um centavo do Master' no filme, referia-me ao fato de que Daniel Vorcaro não é e nunca foi signatário de relacionamento jurídico, assim como o Banco Master nunca figurou como empresa investidora. O nosso relacionamento jurídico foi firmado com a Entre, pessoa jurídica distinta", afirmou.

O filme é alvo de investigação da Polícia Federal após um áudio revelar que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, pediu ao banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, R\$ 134 milhões para a realização do longa. Pelo menos R\$ 61

milhões teriam sido repassados. Na segunda-feira, um oficial de Justiça esteve no endereço de Frias, em Brasília, mas foi informado que ele não mora no local há dois anos. O local da residência foi informado pela Câmara após notificação de Dino. **(RS)**